

14 – Como seu conta o Embaixador Celso Amorim na palestra proferida por ocasião do VII Seminário Rio-Roma, a amortização da dívida enfrenta dois tipos de restrição: uma cambial, quer dizer a capacidade efetiva do país de gerar dólares para pagar seus compromissos; outra, de origem fiscal. E, aduziu: noventa por cento da dívida brasileira é uma dívida pública do Estado que, a par de sua própria dívida, se substituiu ao longo dos anos, aos devedores privados, por mecanismos interbancários. Assim, para pagar a dívida interna era, e ainda é, obrigado a comprar em moeda local, os dólares que se destinavam a fazer face a esses compromissos. Como as contas públicas apresentavam déficit, as autoridades eram obrigadas a emitir moeda ou a tomar emprestado, aumentando sua dívida interna e a drástica diminuição dos investimentos em obras públicas e, mesmo, na manutenção de toda sua estrutura burocrática.

Freia-se completamente o processo de desenvolvimento, suspende-se a preocupação social com o abastecimento do mercado de trabalho e tenta-se exportar a moeda americana, anualmente, em montante superior a 12 bilhões de dólares, cifra evidentemente insuportável para simples desembolso sem qualquer retorno.

A cifra referida traz logo à consciência que, por sua magnitude, está ela a reclamar uma redução substancial de seu total, mormente quando se sabe que seu vulto deflui de um mecanismo de juros que se aproxima do sentido antijurídico da usura.

15 – Temos discutido com os organismos internacionais maneiras de inverter a tendência perversa que consiste na transferência líquida de recursos substanciais do Brasil para esses organismos. No tocante à dívida oficial espera-se que a nação hegemônica, dentro do espírito que animou o Presidente Clinton a interferir na recente crise mexicana, conceda em reduzir o seu principal. O mesmo espera-se em relação aos bancos credores se e quando a Corte Internacional de Haia der por conta de como foi abusiva a elevação não prevista da taxa de juros no governo Reagan, e que teve um terrível efeito de prorrogação.

Há que se ter em mente no trato de questão tão delicada e de tanta repercussão no seio das populações dos países devedores, os princípios inscritos nos artigos XXII e XXVIII da Declaração dos Direitos do Homem, aprovada em Resolução da III Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas:

Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

RELAÇÕES CULTURAIS

COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO IAB E ELOGIO DOS SÓCIOS FALECIDOS DISCURSO NA SESSÃO SOLENE DE 9 DE AGOSTO DE 1995

Orador oficial – José Motta Maia

Neste ato que é de recordação, de saudade e de homenagem aos que se foram desta para outra vida, cabe indagar, como um gesto de reflexão, sobre a transitoriedade de existência humana.

Que é a vida, todos nos interrogamos, cada dia a cada momento, no desempenho das tarefas que o destino nos reservou.

Para Dalavigne, falando sobre a vida de Luís XI, cada passo na vida é um passo para a morte. É como Heidegger e os filósofos existencialistas ao definirem o ser, a presença do homem no momento presente, o *Dasein*: “a análise existencial do *dasein* (...) não é suscetível de nos fornecer uma interpretação ontológica do que no ser há de original e de primeiro, porque ela não nos deixou entrever ainda a unidade de estrutura total do existente. É, portanto, esta unidade da totalidade que precisamos, agora, conhecer. A ela chegaremos pela noção da morte” (Heidegger e Sartre, Regis Jolivet).

Os poetas, vivendo em outras partes deste mundo, utilizam outro raciocínio. Para o poeta Calderon de la Barca, há um sentimento de otimismo quando ele indaga:

“Que é a vida? Um delírio

Que é a vida? Uma sombra, uma ilusão.

Sim, toda a vida é um sonho e

os sonhos, eles próprios, que são eles? Sonhos”

Integrados no tropel da vida, cada um, cada grupo no setor que lhe reservarem as circunstâncias e o Destino, cumprimos nossa tarefas em conjunto e aspiramos os mesmos ideais e perseguimos, por vezes, os mesmos objetivos.

Os que escolheram o Direito e a Justiça como sistema de vida, marcham em tropel com o mesmo sentimento e os mesmos ideais, olhando para frente.

Nesta caminhada para o desconhecido da vida, nem todos fruem da mesma fortuna, a de realizarem ideais e a longa existência que é uma aspiração natural.

Muitos se realizaram nesse objetivo, vivendo uma longa existência. Outros sucumbiram no caminho e cedo partiram para o desconhecido, na viagem sem regresso, que suscita a dor e o sofrimento dos que sobreviveram.

Neste percurso feito de imprevisíveis e de surpresas, resta a saudade e o dever de dar continuidade à missão que cumpre a cada um.

Neste momento de reafirmação da perenidade do nosso Instituto, há que recordar esses companheiros, realçando-lhes o exemplo de sua vida, cada um ao seu modo, mas todos servindo à mesma causa, dando continuidade à missão a que eles se conservaram fiéis e não deixando cair a bandeira que eles ostentaram ao nosso lado.

Vale recordar-lhes os nomes e proclamar sua benemerência.

Dr. Sérgio Jardim de Bulhões Sayão, diplomado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi advogado de grande atuação nas áreas públicas e privadas, ocupando cargos de relevo que corresponderam à sua sólida formação jurídica e devotamento profissional. Dentre os vários cargos que ocupou, sempre vinculado à advocacia, podem ser referidos alguns. Procurador Chefe Adjunto do Contencioso do antigo INPS; Subprocurador Geral do antigo IAPC; Consultor Jurídico do Clube de Engenharia. Autor de excelentes trabalhos jurídicos de caráter doutrinário.

Dr. Ernani José de Araújo, bacharel pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, foi destacada sua atuação como advogado no foro. Exerceu cargos de destaque na administração pública, distinguindo-se como jus-publicista. De suas obras destacam-se *Prática forense e jurídica do trabalho, Estudos e ensaios sobre auditoria e contabilidade pública ante as normas constitucionais*;

Dr. João Vicente Figueredo Campos, diplomado pela Faculdade Livre de Direito do Pará, tendo, antes, freqüentado cursos parciais e feito curso de humanidades em universidades da Suíça (Lausanne e Berna). Jornalista e advogado, sua atividade como jurista se dividiu entre o exercício intenso da advocacia e como juspublicista, de que nos deu vários trabalhos e livros e colaboração em revistas jurídicas. Do acervo de suas publicações merecem destaque *A responsabilidade do transportador marítimo e as cláusulas limitativas dessa responsabilidade, noções de responsabilidade civil, dos ministros marítimos*.

Organizou o Código Disciplinar para a Marinha Mercante, em 1939 e em 1965 elaborou projeto de Código de Navegação, em ambos os casos, por solicitação do Ministro da Marinha.

Dr. Guilherme Gomes de Mattos, um dos mais antigos membros do Instituto, e quando completou 57 anos de seu ingresso na entidade, em 1987, produziu uma página memorável em que exaltou o papel do que ele denominou "uma grande casa de saber jurídico" e um "templo de civismo e de heroísmo na defesa implacável do direito". Coube-lhe apresentar importantes contribuições no período inicial da implantação da legislação trabalhista no Brasil.

Diplomado em Direito em 1918, pela Faculdade de Ciências Jurídicas Afonso Celso, ocupou importantes posições como advogado, consultor jurídico de insti-

tuições e no serviço público. Representou o Instituto na Comissão que elaborou a legislação trabalhista, por designação do primeiro Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor.

Dra. Olga Cavalheiro Araújo, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu a advocacia e, posteriormente, exerceu o cargo por concurso de Juiz do Trabalho da 4a. Região. Foi presidente da Associação Riograndense de Advogados Trabalhistas e representou o Rio Grande do Sul no Conselho Federal da OAB.

Dr. Rubens Ferraz, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, distinguiu-se como advogado e professor de Direito, além de exercer importantes cargos ligados à advocacia, na iniciativa privada. Destacando-se pela sua condição de liderança de sua classe, ocupou funções de Conselheiro do Conselho Seccional e do Conselho Federal da OAB, exercendo neste último o cargo de Secretário-Geral.

Obras publicadas: *Dos direitos de vizinhança, Do nome comercial, Concorrência desleal e Direito comparado*, dentre outras.

Dr. Jorge Alberto Tavares Thomé, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especializou-se em Direito do Trabalho, tinha vários cursos de especialização. Tomou parte em vários seminários dedicados à legislação e ao Direito do Trabalho, tendo defendido tese sobre prescrição no processo do trabalho, no Encontro Nacional de Advogados Trabalhistas, no Recife. Ingressou no IAB em 1983.

Dr. Murillo Fonseca de Souza Telles, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, exerceu funções nos setores públicos e privados, como advogado. Integrou o cargo de advogados do Instituto Brasileiro do Café, com trabalhos doutrinários publicados em revistas jurídicas.

Dr. Bruno Flávio de Almeida Magalhães, bacharel pela antiga Faculdade Nacional de Direito, exerceu o cargo de procurador do Instituto Brasileiro do Café, foi Secretário dos Congressos Nacional de Direito e Jurídico Interamericano em 1943. Ingresso no IAB em 1929. Vários trabalhos jurídicos de caráter doutrinário foram publicados em revistas especializadas.

Dr. Bernardo Ribeiro de Moraes, era diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Especializado em Direito Tributário, nessa especialidade exerceu intensa advocacia em São Paulo e no magistério superior. De seu currículo consta o exercício de atividade de consultoria em várias das mais importantes entidades de São Paulo e um valioso acervo de publicações de sua especialidade. Professor da Faculdade de Direito da USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ingressou no IAB em 1980.

Dr. Flávio Willmann Bocayuva Bulcão, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ingressou no IAB em 1977. Integrou o corpo social da Interamerican Bar Association e foi procurador do IPASE.

Dr. Alfredo Teixeira Britto de Moraes, diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, ingressou neste Instituto em 1949, tendo

ocupado elevados cargos na administração pública e desempenhado o exercício profissional de forma intensa e com sucesso.

Distinguiu-se como jus-publicista e de sua autoria são valiosos trabalhos, dentre os quais *Reconhecimento de filhos adulterinos*, *Casamento nupcial* e intensa colaboração em revistas especializadas.

Ministro Clóvis Ramalheite Maia, um dos mais notáveis juristas de sua geração, viveu intensamente a advocacia e a magistratura, culminando com sua investidura como Ministro do Supremo Tribunal Federal, depois de ter sido Consultor-Geral da República. Advogado sempre advogado, quando se despojou das mais altas funções de magistrado, voltou à advocacia com um senso de dever e a consciência da alta missão do advogado como defensor da ordem jurídica e dos direitos individuais e dos direitos sociais, em sentido amplo. Juiz da Corte Permanente de Arbitragem de Haia, membro da International Bar Association; da Inter-American Bar Association; da Union International des Avocats de Genève, Suíça; integrante de várias outras associações nas áreas internacional e nacional, e do Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros, professor emérito de várias faculdades de Direito, professor do Instituto Rio Branco e professor convidado de outras entidades jurídicas.

Orador primoroso, sempre imprimiu a suas intervenções nos debates jurídicos, pela segurança das idéias alicerçada em uma cultura jurídica e humanística invejável. Recebeu o prêmio Medalha Teixeira de Freitas e presidiu até os últimos dias de sua atividade e dedicação a este Instituto, a Comissão Permanente de Direito Constitucional.

Sua participação como jurista na ampliação da plataforma marítima do Brasil de 4 para 200 milhas conferiu-se, de justiça, as de notável jurista, no mesmo nível conferido a Rio Branco, ampliando a fronteira do Brasil com a incorporação do Acre. Merece lembrar-se aqui que uma prova eloqüente do apreço especial do IAB por Clóvis Ramalheite, foi o fato de lhe ter sido oferecida por esta entidade, a toga de magistrado com que se investiu no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Dr. Salvatore Rosa, diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Associação Brasileira de Direito Nuclear e participou de congressos jurídicos no Brasil e no exterior, recebendo diploma de participação no Congresso de Psicologia Aplicada de Kyoto, Japão. Publicou muitos trabalhos jurídicos de reconhecido valor como expressão de sua atividade positiva no campo jurídico, tais como o *Valor da Causa e o Direito de Ação*, *O Direito de Posse e sua necessidade de atualização no Direito Brasileiro* e trabalhos divulgados em registros especializados sobre direito nuclear de que foi um grande estudioso, colaborando com brasileiros dedicados à mesma especialidade.

Dr. Darnley Villas Boas, jovem jurista especializado em Direito do Trabalho fora admitido há poucas semanas no quadro de sócios do IAB, de quem se esperava valiosa colaboração como advogado e estudioso dos problemas de sua especialidade

Dr. Miguel Monteiro de Barros Lins, diplomado pela antiga Faculdade Nacional de Direito. Fomos da mesma turma de bacharéis da antiga Faculdade de que, sob a influência da Revolução de 30, foi um centro de lutas ideológicas, em momento de importante transição política, na busca de novos rumos para a vida político-administrativa do país. Várias correntes disputavam a liderança, ostentando cada qual a bandeira de reivindicações, com esperanças de melhores dias e aperfeiçoamento das instituições. Havia o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o CACO, o Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos, o CAJU de San Thiago Dantas, Chermont de Miranda e outros e também o Clube da Reforma com Miguel Lins como presidente, o Clube que reunia nos mesmos objetivos Evandro Lins e Silva, Carlos Lacerda, Alceu Marinho Rego e outros.

Não me lembro onde nos situamos eu, Carlos Araújo Lima, José Accioly Sá, João José Póvoa, Euclides Félix de Souza.

O ilustre jovem Miguel Lins já revelava sua qualidade de líder e por ser reformador, com a capacidade de arregimentador. Na vida profissional, seria o grande advogado que fundou e dirigiu por longos anos um dos grandes escritórios de advocacia com ação dentro e fora do país. Integrou a diretoria do IAB nas comemorações do centenário em 1943, quando presidente Edmundo Miranda Jordão. Senador, representando o Maranhão, cedo renunciou à política para dedicar-se à advocacia exclusivamente e alcançar marcante projeção social. Um grande advogado e sobretudo uma grande figura humana que honrou a profissão e serviu a causa do Direito.

Dr. Ivan Pereira de Oliveira, diplomado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1945, especializado em Direito Comercial e em Seguro Marítimo. Foi chefe do departamento jurídico da Municipalidade da Paraíba e do Loide Brasileiro. Durante muitos anos representou a Paraíba no Conselho Federal da OAB. Autor de várias obras jurídicas que bem exprimiram sua boa cultura e dedicação profissional.

Senhores,

Compromisso com o Passado

Cabe-nos o dever de dar continuidade à grande tarefa de preservação da ordem jurídica e de promover seu aperfeiçoamento, honrando a memória dos nossos antecessores, desde aqueles que há mais de século e meio serviram a esta Instituição e preservando-a para o futuro que se constitui também do presente que vivemos.

O Instituto dos Advogados Brasileiros tem um compromisso com o Brasil. Tem sabido cumpri-lo através da ação continuada das várias gerações que se sucederam neste mais de século e meio de sua existência.

Há mais de século e meio, os Fundadores prometeram que esta obra seria perene e suas previsões que não foram frustradas porque, ao longo desse período, grandes atos foram praticados e os que asseguraram essa continuidade, permaneceram em vigília, como os atuais, sensíveis às mudanças de cada época e fazendo de

cada momento a satisfação de compromissos solenes que são a sua virtude e a sua glória. Com efeito, diria Montezuma, na memorável sessão de 7 de setembro de 1843:

"Assim, a obra, Senhores, que ontem era frágil e de efêmera duração, tendo apenas, por garantia, as patrióticas intenções de seus Fundadores amparada hoje com a Aprovação do Magnânimo Príncipe, a quem a Lei Fundamental do Estado entregou os Destinos da Nação, pode dizer-se que sua base é já tão sólida e duradoura quanto é transcendente e vasto seu objeto e fim".

A verdade é que a duradoura atividade do I.A.B. é obra de idealismo e da convicção dos juristas que, em sucessivas gerações, souberam como ainda agora, zelar pelo seu patrimônio espiritual e lutar pelas grandes causas nacionais, baseadas em uma sólida ordem jurídica.

Nos começos o Barão de Penedo clamava pela complementação da obra de independência, com a edição de um Código Civil; no correr dos tempos, o IAB engajou-se na cruzada abolicionista que foi, finalmente vitoriosa, em 1888, situando o Brasil no rol das nações civilizadas, com a supressão da mancha negra da escravidão.

A Modernidade

A modernidade é progresso é o resultado da marcha no mundo para novas etapas de bem-estar e de felicidade que deve ser partilhada por toda a humanidade. Depois das duas grandes revoluções industriais, ingressamos na revolução da informação que domina todos os setores da sociedade dos homens na busca de conquistas de caráter científico-tecnológico que se traduz pela modernidade.

Que é modernidade? – indaga Alain Touraine. Modernidade cuja presença é tão central em nossas idéias e práticas após mais de três séculos e que estará em discussão rejeitada ou indefinida nos dias de hoje.

Ele próprio responde: "A idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade regulada por lei e a vida pessoal animada pelo interesse, mas também pela vontade de se libertar de todas as opressões".

O Brasil, situado em um mundo em transição, apresenta contrastes que merecem ser lembrados para que se possa chegar a conclusões ou apontar caminhos que corrijam nossa distorção.

A riqueza nacional reveste novas formas e conhecimentos ao lado de uma situação paradoxal de extrema pobreza que avassala grande parcela da nação brasileira. Somos a nona ou décima economia do mundo, depois dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha e da China. Verdade que essa graduação na escala da riqueza se mede pelo poder de compra do Produto Interno Bruto, o PIB de que

tanto se fala. Mas no *ranking* que exprime a capacidade competitiva, situamo-nos no trigésimo-oitavo lugar, o que significa nossa posição bem inferior em termos de competitividade. Situamo-nos em lugar destacado no que diz respeito com o analfabetismo, com o déficit habitacional, com o saneamento básico e a mortalidade infantil.

A produtividade no mundo, agora se traduz no emprego da informática nos setores de produção, com o avanço das inovações tecnológicas que reduzem custos e, ao mesmo tempo, acabaram por agravar a situação de desemprego, aqui como em outros países.

O conceito de modernidade da sociedade é um "processo de trânsito de tradição para a modernidade, entendendo-se por isso, a repetição de características econômicas, de estrutura social e de organização política da sociedade norteamericana contemporânea".

Há um contraste chocante no Brasil no que diz respeito com essa modernidade e com esse crescimento econômico e técnico-científico ou como se prefere científico-técnico, o que é diferente, a indicar que no Brasil o mais grave problema é o da concentração de renda, com as legiões de miseráveis em todos os recantos do país, no campo e nas cidades, no país que ostenta a condição da nona maior economia do mundo.

A Modernidade e a Justiça

Dentre as deficiências que atacam o organismo nacional, nenhum é mais flagelante do que a da prestação jurisdicional, sobretudo para as classes mais desprovidas de recursos materiais para utilizar o aparelho forense na defesa de seus interesses, ao tempo que tanto se alardeia a necessidade de preservação dos direitos humanos.

Não há que considerar como cidadão a quem se nega o acesso aos meios de defesa de seus interesses mais legítimos, o que começa a se manifestar nas cidades e no campo onde se fazem ouvidos moucos ao apelo de uma instituição de uma justiça agrária que faça frente às profundas injustiças da sociedade rural e é responsável pelo contraste social profundo.

Não há que considerar-se cidadão, em sentido amplo de expressão, aquele que integra a nação sem possibilidade do recurso expedito e acessível ao Judiciário, garantia máxima da cidadania e que se nega à maioria do povo brasileiro como a vitória do império da injustiça que clama aos céus.

Justiça e Direito

Os que nos dedicamos à causa do Direito temos como farol, como ideal, como ponto ideal a ser alcançado a justiça que é o instrumento que se serve o primeiro para impor a vontade das leis, em contraposição ao governo dos homens.

Está em Aristóteles que a justiça retributiva ou corretiva -- e aqui nos referimos à justiça como sinônimo de poder jurisdicional --, a distribuição de direitos, recom-

pensas e cargos entre os cidadãos por via legislativa, é a força do Direito que deve garantir e prestigiar direitos, contra os ataques ilegais.

Este, repetimos, é o governo das leis e não o governo dos homens que é o arbítrio e a ilegalidade, praticada por outros homens individualmente ou por grupos de homens que constituem as oligarquias. Esta função do Direito é administrada pelo Juiz a quem cabe proporcionar justiça retributiva. Ele visa manter uma justa proporção na vida social da comunidade.

Tem-se entendido, a tal respeito, que o pensamento de Aristóteles, quando defendeu a justiça distributiva, visou a conseguir "um termo médio entre a desigualdade arbitrária, como resulta da lei da selva, e a igualdade esquemática absoluta que não reconhece méritos nem vantagens superiores".

Encontra-se em Platão, e aqui é ele referido para comprovar como uma verdade de hoje é tão antiga quanto o mundo:

"Deus determina que os magistrados, como primeiro princípio e antes de tudo, vigiem e observem atentamente as crianças, indagando qual o metal que entrou em sua composição. Se o filho de um pai pertencente a uma das duas primeiras classes tem mescla de bronze e ferro, é que a natureza criou uma distorção de hierarquia e o olho do magistrado não deve ter compaixão para com a criança se tiver que descer a escala e ser lavrador ou artesão, assim como pode haver filhos de artesãos que apresentando mescla de ouro e prata devem ser honrados, elevando-se-lhes a hierarquia de guardiães e auxiliares, porque um oráculo afirma que a *polis* perecerá quando seja guardada pelo ferro ou pelo bronze".

Essa idéia se insere na *República* de Platão, onde se conferia aos magistrados atribuições para julgar as pessoas do ponto de vista de suas virtudes e aptidões.

Nosso Sistema Judiciário

As deficiências de nosso sistema jurisdicional que ontem, como hoje, é um motivo de luta dos advogados, é a luta pela justiça no seu mais alto sentido. Justiça que proteja a todos indistintamente, dentro do espírito do governo das leis, e não permita que os pobres de bens materiais no outro extremo do ponto máximo em que se encontram os privilegiados e possuidores de bens materiais e suficientes para postular perante os tribunais os seus direitos e seu patrimônio, sejam privados de cidadania.

Por que na prática se verificam tantas desigualdades na prestação jurisdicional e mesmo para os detentores de recursos, a prestação jurisdicional vai se tornando um flagelo ou um motivo de descrença nisso que se denominam as instituições?

Esse clamor pela justiça rápida e eficiente, ou pela justiça rápida e barata, como dever do Estado em sua função de conciliador dos interesses coletivos, não é apenas dos advogados a quem se atribui, por vezes, o papel de adversários da

magistratura, só pelo fato de defenderem, por exemplo, o controle externo da magistratura ou a edição de leis que tornem a justiça adequada aos novos tempos que vivemos, a justiça das nossas expectativas no dealbar do novo século, quando se alteiam como instrumentos do progresso e da felicidade dos homens, os novos inventos da tecnologia.

É necessário lutar para que a *polis* não pereça, como na bela imagem de Platão. A justiça precisa ser reformulada em suas bases para que o direito seja uma realidade e não uma ficção ou um luxo de intelectuais.

A base dos males, tudo indica, encontra-se no sistema obsoleto, burocrático do processo que é um aranzel de formalismo sem correspondência com a realidade. Sim, é no processo que se encontra a origem dos nossos males, no que respeita com a prestação jurisdicional e falta vontade firme da parte dos responsáveis pela coisa pública, para modificar essa situação que todos reconhecem maléfica e geradora de injustiça, quando mais não seja, da negação da justiça.

Sem ignorar que as deficiências do sistema forense em vários países é um desafio, Mauro Cappelletti e Bryant Garth, falando do acesso à justiça, dizem:

"De fato, o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, pois, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico, moderno e igualitário que pretenda garantir e não apenas proclamar, os direitos de todos".

Quando da edição do Código de Processo Civil de 1939, o Ministro da Justiça, Sr. Francisco Campos, ao apresentar o projeto acenava com o milagre da mudança radical, através, sobretudo, do processo em lugar da concepção autoritária, da mudança para melhor da função do juiz na direção do processo, na simplificação do sistema de recursos e na melhor forma das ações. E citando a autoridade do eminente técnico norte-americano (Willoughby) acenava:

"A simplicidade substituiria a complexidade e a justiça seria obtida pela abolição de inúmeros casos em que ela tem falhado (...)".

No diagnóstico do Supremo Tribunal Federal, de 1971, o reconhecimento das deficiências do aparelho judiciário pelos mais altos magistrados do país, coincidiu com os reclamos dos advogados. Passados tantos episódios na vida legislativa do país, tudo permanece sem solução.

Urge, ainda, agora, uma reformulação dos parâmetros da justiça como instrumento de aplicação do direito. Essa reformulação deve começar pela melhor capacitação de magistrados e de advogados, ambos partícipes da grande tarefa de defender o governo das leis.

Os resultados dos vários concursos para a magistratura, aqui e em outros pontos do país, indicam que nem só da modificação do sistema processual há de resultar a solução desses problemas. Tem de começar pela formação universitária

cada momento a satisfação de compromissos solenes que são a sua virtude e a sua glória. Com efeito, diria Montezuma, na memorável sessão de 7 de setembro de 1843:

“Assim, a obra, Senhores, que ontem era frágil e de efêmera duração, tendo apenas, por garantia, as patrióticas intenções de seus Fundadores amparada hoje com a Aprovação do Magnânimo Príncipe, a quem a Lei Fundamental do Estado entregou os Destinos da Nação, pode dizer-se que sua base é já tão sólida e duradoura quanto é transcendente e vasto seu objeto e fim”.

A verdade é que a duradoura atividade do I.A.B. é obra de idealismo e da convicção dos juristas que, em sucessivas gerações, souberam como ainda agora, zelar pelo seu patrimônio espiritual e lutar pelas grandes causas nacionais, baseadas em uma sólida ordem jurídica.

Nos começos o Barão de Penedo clamava pela complementação da obra de independência, com a edição de um Código Civil; no correr dos tempos, o IAB engajou-se na cruzada abolicionista que foi, finalmente vitoriosa, em 1888, situando o Brasil no rol das nações civilizadas, com a supressão da mancha negra da escravidão.

A Modernidade

A modernidade é progresso é o resultado da marcha no mundo para novas etapas de bem-estar e de felicidade que deve ser partilhada por toda a humanidade. Depois das duas grandes revoluções industriais, ingressamos na revolução da informação que domina todos os setores da sociedade dos homens na busca de conquistas de caráter científico-tecnológico que se traduz pela modernidade.

Que é modernidade? – indaga Alain Touraine. Modernidade cuja presença é tão central em nossas idéias e práticas após mais de três séculos e que estará em discussão rejeitada ou indefinida nos dias de hoje.

Ele próprio responde: “A idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade regulada por lei e a vida pessoal animada pelo interesse, mas também pela vontade de se libertar de todas as opressões”.

O Brasil, situado em um mundo em transição, apresenta contrastes que merecem ser lembrados para que se possa chegar a conclusões ou apontar caminhos que corrijam nossa distorção.

A riqueza nacional reveste novas formas e conhecimentos ao lado de uma situação paradoxal de extrema pobreza que avassala grande parcela da nação brasileira. Somos a nona ou décima economia do mundo, depois dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha e da China. Verdade que essa graduação na escala da riqueza se mede pelo poder de compra do Produto Interno Bruto, o PIB de que

tanto se fala. Mas no *ranking* que exprime a capacidade competitiva, situamo-nos no trigésimo-oitavo lugar, o que significa nossa posição bem inferior em termos de competitividade. Situamo-nos em lugar destacado no que diz respeito com o analfabetismo, com o déficit habitacional, com o saneamento básico e a mortalidade infantil.

A produtividade no mundo, agora se traduz no emprego da informática nos setores de produção, com o avanço das inovações tecnológicas que reduzem custos e, ao mesmo tempo, acabaram por agravar a situação de desemprego, aqui como em outros países.

O conceito de modernidade da sociedade é um “processo de trânsito de tradição para a modernidade, entendendo-se por isso, a repetição de características econômicas, de estrutura social e de organização política da sociedade norteamericana contemporânea”.

Há um contraste chocante no Brasil no que diz respeito com essa modernidade e com esse crescimento econômico e técnico-científico ou como se prefere científico-técnico, o que é diferente, a indicar que no Brasil o mais grave problema é o da concentração de renda, com as legiões de miseráveis em todos os recantos do país, no campo e nas cidades, no país que ostenta a condição da nona maior economia do mundo.

A Modernidade e a Justiça

Dentre as deficiências que atacam o organismo nacional, nenhum é mais flagelante do que a da prestação jurisdicional, sobretudo para as classes mais desprovidas de recursos materiais para utilizar o aparelho forense na defesa de seus interesses, ao tempo que tanto se alardeia a necessidade de preservação dos direitos humanos.

Não há que considerar como cidadão a quem se nega o acesso aos meios de defesa de seus interesses mais legítimos, o que começa a se manifestar nas cidades e no campo onde se fazem ouvidos moucos ao apelo de uma instituição de uma justiça agrária que faça frente às profundas injustiças da sociedade rural e é responsável pelo contraste social profundo.

Não há que considerar-se cidadão, em sentido amplo de expressão, aquele que integra a nação sem possibilidade do recurso expedito e acessível ao Judiciário, garantia máxima da cidadania e que se nega à maioria do povo brasileiro como a vitória do império da injustiça que clama aos céus.

Justiça e Direito

Os que nos dedicamos à causa do Direito temos como farol, como ideal, como ponto ideal a ser alcançado a justiça que é o instrumento que se serve o primeiro para impor a vontade das leis, em contraposição ao governo dos homens.

Está em Aristóteles que a justiça retributiva ou corretiva – e aqui nos referimos à justiça como sinônimo de poder jurisdicional –, a distribuição de direitos, recom-

penas e cargos entre os cidadãos por via legislativa, é a força do Direito que deve garantir e prestigiar direitos, contra os ataques ilegais.

Este, repetimos, é o governo das leis e não o governo dos homens que é o arbítrio e a ilegalidade, praticada por outros homens individualmente ou por grupos de homens que constituem as oligarquias. Esta função do Direito é administrada pelo Juiz a quem cabe proporcionar justiça retributiva. Ele visa manter uma justa proporção na vida social da comunidade.

Tem-se entendido, a tal respeito, que o pensamento de Aristóteles, quando defendeu a justiça distributiva, visou a conseguir "um termo médio entre a desigualdade arbitrária, como resulta da lei da selva, e a igualdade esquemática absoluta que não reconhece méritos nem vantagens superiores".

Encontra-se em Platão, e aqui é ele referido para comprovar como uma verdade de hoje é tão antiga quanto o mundo:

"Deus determina que os magistrados, como primeiro princípio e antes de tudo, vigiem e observem atentamente as crianças, indagando qual o metal que entrou em sua composição. Se o filho de um pai pertencente a uma das duas primeiras classes tem mescla de bronze e ferro, é que a natureza criou uma distorção de hierarquia e o olho do magistrado não deve ter compaixão para com a criança se tiver que descer a escala e ser lavrador ou artesão, assim como pode haver filhos de artesãos que apresentando mescla de ouro e prata devem ser honrados, elevando-se-lhes a hierarquia de guardiães e auxiliares, porque um oráculo afirma que a *polis* perecerá quando seja guardada pelo ferro ou pelo bronze".

Essa idéia se insere na *República* de Platão, onde se conferia aos magistrados atribuições para julgar as pessoas do ponto de vista de suas virtudes e aptidões.

Nosso Sistema Judiciário

As deficiências de nosso sistema jurisdicional que ontem, como hoje, é um motivo de luta dos advogados, é a luta pela justiça no seu mais alto sentido. Justiça que proteja a todos indistintamente, dentro do espírito do governo das leis, e não permita que os pobres de bens materiais no outro extremo do ponto máximo em que se encontram os privilegiados e possuidores de bens materiais e suficientes para postular perante os tribunais os seus direitos e seu patrimônio, sejam privados de cidadania.

Por que na prática se verificam tantas desigualdades na prestação jurisdicional e mesmo para os detentores de recursos, a prestação jurisdicional vai se tornando um flagelo ou um motivo de descrença nisso que se denominam as instituições?

Esse clamor pela justiça rápida e eficiente, ou pela justiça rápida e barata, como dever do Estado em sua função de conciliador dos interesses coletivos, não é apenas dos advogados a quem se atribui, por vezes, o papel de adversários da

magistratura, só pelo fato de defenderem, por exemplo, o controle externo da magistratura ou a edição de leis que tornem a justiça adequada aos novos tempos que vivemos, a justiça das nossas expectativas no dealbar do novo século, quando se alteiam como instrumentos do progresso e da felicidade dos homens, os novos inventos da tecnologia.

É necessário lutar para que a *polis* não pereça, como na bela imagem de Platão. A justiça precisa ser reformulada em suas bases para que o direito seja uma realidade e não uma ficção ou um luxo de intelectuais.

A base dos males, tudo indica, encontra-se no sistema obsoleto, burocrático do processo que é um aranzel de formalismo sem correspondência com a realidade. Sim, é no processo que se encontra a origem dos nossos males, no que respeita com a prestação jurisdicional e falta vontade firme da parte dos responsáveis pela coisa pública, para modificar essa situação que todos reconhecem maléfica e geradora de injustiça, quando mais não seja, da negação da justiça.

Sem ignorar que as deficiências do sistema forense em vários países é um desafio, Mauro Cappelletti e Bryant Garth, falando do acesso à justiça, dizem:

"De fato, o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, pois, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico, moderno e igualitário que pretenda garantir e não apenas proclamar, os direitos de todos".

Quando da edição do Código de Processo Civil de 1939, o Ministro da Justiça, Sr. Francisco Campos, ao apresentar o projeto acenava com o milagre da mudança radical, através, sobretudo, do processo em lugar da concepção autoritária, da mudança para melhor da função do juiz na direção do processo, na simplificação do sistema de recursos e na melhor forma das ações. E citando a autoridade do eminente técnico norte-americano (Willoughby) acenava:

"A simplicidade substituiria a complexidade e a justiça seria obtida pela abolição de inúmeros casos em que ela tem falhado (...)".

No diagnóstico do Supremo Tribunal Federal, de 1971, o reconhecimento das deficiências do aparelho judiciário pelos mais altos magistrados do país, coincidiu com os reclamos dos advogados. Passados tantos episódios na vida legislativa do país, tudo permanece sem solução.

Urge, ainda, agora, uma reformulação dos parâmetros da justiça como instrumento de aplicação do direito. Essa reformulação deve começar pela melhor capacitação de magistrados e de advogados, ambos partícipes da grande tarefa de defender o governo das leis.

Os resultados dos vários concursos para a magistratura, aqui e em outros pontos do país, indicam que nem só da modificação do sistema processual há de resultar a solução desses problemas. Tem de começar pela formação universitária,

com uma reformulação dos cursos jurídicos que proporcione a existência de bons magistrados e de bons advogados capacitados para sua alta missão.

Essa é uma imposição dos novos tempos que vivemos e dos que hão de vir com a virada do século.

Olhos Postos no Futuro

Urge modificar a mentalidade e assinalar as conquistas da atual Revolução Tecnológica.

Roscoe Pound, o grande jurisfilósofo norte-americano, sustenta que "a vida real do Direito não se tem construído na lógica, senão na experiência". Por sua vez, Oliver Wendell Holmes desenvolveu um amplo programa para investigação dos efeitos sociais das instituições e das doutrinas jurídicas e os aspectos sociológicos da realidade de importância para a preparação do trabalho legislativo.

Problema que constitui desafio para os juristas do Brasil e da América Latina e que está a merecer a melhor atenção é o da reforma agrária, instrumento eficaz para corrigir injustiças econômicas e sociais e promover a desconcentração da moda, a mais grave das injustiças que compõe o organismo nacional.

Por outro lado, as conquistas tecnológicas a que já aludimos não podem ser ignoradas pelos juristas deste momento da história, e deste continente subdesenvolvido. Novas invenções estão para surgir, característica desta nova idade histórica. Emerge desta época que se prolongará de forma acelerada, "a figura de um novo Adão, diferente daquele mítico porque é um elemento da sociedade de massa".

"Non vive nel bosque primigenio na mella megalopodi di cimento; non ignora cosa sia il male ma anzi soffre il male della coscienza" (Vittorio Frosini, *Il diritto nella società tecnologica*, Giuffrè Edit., Milano, 1981).

A lição que nos cabe aprender neste momento latino-americano é que o direito deve ser um instrumento a serviço da solução de seus problemas sociais e econômicos angustiantes e não uma abstração ou simples recurso de atividade profissional. Reveste-se de grande significação o fato de que nos debates da primeira Assembléia Geral do primeiro Império brasileiro, foi definido de forma que se poderia considerar atual, o papel do jurista como instrumento da construção da sociedade.

O advogado não seria simples profissional da advocacia mas devia possuir formação mais ampla de conhecimentos e ostentar uma mentalidade vinculada aos rumos da sociedade. (*Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*, edição da Câmara dos Deputados, Brasília, 1977).

Estas reflexões são oportunas no momento em que se comemora mais uma etapa da longa vida deste Instituto e que nos impõe, antes de tudo, o dever de zelar pela memória dos que, ao longo de mais de século e meio, serviram aos seus nobres ideais, os ideais da Justiça pelo Direito.

MEDALHA TEIXEIRA DE FREITAS

Em solenidade promovida em 6 de dezembro, o ex-Presidente Ricardo Pereira Lira recebeu a Medalha Teixeira de Freitas, tendo sido saudado pelo jurista Julio Cesar do Prado Leite. A láurea foi entregue pelo Presidente do IAB, após o que discursou o agraciado. Abrindo a cerimônia, o Presidente Benedito Calheiros Bomfim proferiu as seguintes palavras:

"Na data de hoje o Instituto dos Advogados Brasileiros revive um de seus momentos históricos, que é o da solenidade de entrega da Medalha Teixeira de Freitas, a láurea maior com que a entidade distingue as mais expressivas personalidades do mundo jurídico.

Poucos têm prestado maior contribuição à cultura e difusão do direito como o agraciado desta noite. Mestre por opção e vocação, faz da cátedra um apostolado e do convívio com os alunos seu *habitat*.

Jurisconsulto de nomeada, advogado conceituado, Ricardo Cesar Pereira Lira, a quem tive a honra de suceder, mas sem a pretensão de substituir na Presidência desta Casa, alia às suas atividades profissionais e científicas o permanente exercício da cidadania. Mais do que uma profissão meramente técnica, da qual tem o perfeito domínio, o laureado vê na advocacia um instrumento de transformação social, de busca de uma sociedade justa, equânime, livre, atento às relações sociais, econômicas e políticas em que se alicerça o direito.

Com esta singela saudação, a Presidência passa a palavra ao Diretor e membro do Conselho Superior deste Instituto, Dr. Julio Cesar do Prado Leite, incumbido de saudar o homenageado, e por cuja oração todos aguardamos".

Saudação feita pelo jurista Julio Cesar do Prado Leite

Meu caro Ricardo Cesar Pereira Lira,

Estou aqui por uma conspiração de amizades que me envaidece.

Companheiros de várias lutas, parceiros de mesmos sentimentos e idéias, em escrutínio secreto, mas entre risos de concordância e de fino espírito, sempre pondo a gente à prova, elegeram-me para saudá-lo neste momento culminante. Sem que se dessem conta, estavam a revelar percepção de sintonia.

Já admirava o homenageado pela figura de seu velho pai que lhe trouxe o sobrenome e que ajudou a recompor a ordem democrática do país, após o período Vargas.

O Presidente Dutra convidou Pereira Lira para a Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, função que exerceu até o final do governo, com reconhecida competência e dedicação aos interesses nacionais. Sua presença foi marcante, porque coube-lhe velar de